

# PERSPECTIVAS DO PAPEL DO GEÓGRAFO, COMO PROFISSIONAL, NO BRASIL

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

BOLETIM DE GEOGRAFIA TEORÉTICA, 16-17(31-34) 142, 1986-1987  
(I ENCONTRO DE GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA)

## 1. INTRODUÇÃO

Para se analisar quais as perspectivas do geógrafo, como profissional, no Brasil, torna-se necessário esclarecer duas questões fundamentais:

1. qual a formação profissional do geógrafo;
2. qual mercado de trabalho que oferece oportunidades ao profissional de Geografia.

Debe-se levar em conta que no Brasil das quatro primeiras décadas do século XX não houve qualquer preocupação de formar profissionais para as áreas que requeriam maior especialização ou para aquelas em que havia uma menor demanda de profissionais, como a da Geografia, sendo os trabalhos de ordem geográfica executados por bachéris em direito, diplomatas e engenheiros, conforme a aptidão dos mesmos e as características ou necessidades dos problemas surgidos.

Oficialmente a Geografia só começou a ser lecionada em instituições de ensino superior a Revolução de 30 - o grande marco da evolução brasileira-, com a criação de cursos superiores de Geografia e História, nas Faculdades de Filosofia, e com a inclusão de uma disciplina de Geografia Econômica nos cursos de Administração e Finanças, desmembrados depois em Cursos de Ciências Econômicas, de Ciências Contábeis de Ciências Atuárias e de Administração Pública e de Empresas.

Mesmo nestes cursos a Geografia não era ministrada com a finalidade de formar geógrafos propriamente ditos; nas faculdades de Filosofia a finalidade era formar professores de ensino médio e nas de Administração e Finanças era fornecer subsídios aos economistas. As faculdades de filosofia tinham como objetivo oficial formar professores de ensino médio e pesquisadores desinteressados, a expressão indica que não havia um mercado de trabalho para os que nelas se formavam fora do ensino secundário e, depois,, superior. Daí ser insuficiente o número de disciplinas geográficas no curso específico. Assim, na Universidade de São Paulo, que funcionava como modelo para o país, houve inicialmente uma única disciplina- Geografia-, ministrada durante um decênio por dos ilustres geógrafos franceses- Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig-. Só posteriormente foram criadas disciplinas de Geografia Física, confiada ao Professor João Dias da Silveira, de Geografia do Brasil, a Aroldo de Azevedo e de Geografia Regional a Renato Silveira Mendes. A disciplina inicial passou a dominar-se Geografia Humana.

No Rio de Janeiro e nas cidades do país, ao ser organizado um currículo obrigatório, incluem-se nele apenas três disciplinas de Geografia - Física, Humana e do Brasil-, em um curso em que havia quatro disciplinas de história- Antiga e Medieval, Moderna e Contemporânea , da América e do Brasil - e três de Antropologia - Antropologia Física, Antropologia Cultural e Etnografia do Brasil. No Rio de Janeiro, a então Universidade do Brasil, além de professores franceses como Pierre Deffontaines e Francis Ruellan, lecionaram também brasileiros como Victor Leuzinger e Josue de Castro.

A criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1939, no Rio de Janeiro, contratando a princípio vários engenheiros como geógrafos, tornou-se logo um centro de formação profissional de geógrafos, como se observará nos capítulos que se seguem.

## II. OS PRIMEIROS TRABALHOS GEOGRAFICOS

Como ficou claro, antes de 1930 os trabalhos eram realizados por não geógrafos, por estudiosos dos problemas históricos e geográficos, auto-didatas que se atuavam em áreas onde ocasionalmente ocorriam problemas para cuja solução era necessário o conhecimento da Geografia, sempre integrada com a História.

Estes trabalhos foram sobretudo importantes quanto foram discutidas as questões de limites, de fronteiras entre o Brasil e as Repúblicas vizinhas, aparecendo a análise geográfica engajada com os interesses políticos e o conhecimento históricos nos documentos de defesa dos interesses brasileiros. Entre estes documentos salientam-se os elaborados por Joaquim Nabuco, ao discutir o problema dos limites do Brasil com a Guiana Inglesa<sup>(1)</sup> e os do Barão do Rio Branco ao discutir problemas fronteiriços com as Guianas Francesas e Inglesas e com a República Argentina.<sup>(2)</sup>

Trabalhos realizados em São Paulo pela Comissão de Exploração Geográfica e Geológica de São Paulo envolveram técnicos de elevado nível, como Oville Derby e Teodoro Sampaio, nomeados na Presidência do Conselheiro João Alfredo (1986); esses técnicos podem ser considerados como pioneiros nos estudos geográficos, de profundidade, feitos neste país. Além disto, trabalhos realizados por engenheiros, no período Imperial a respeito da implantação da estradas de ferro e da organização de portos, vêm servindo de subsídios para os que hoje fazem a Geografia.

Ao lado da contribuição oficial convém salientar que numerosos estudiosos, preocupados com os problemas do país, realizaram obras de grande interesse para os que fazem Geografia, embora estejam classificados como historiadores - caso de Capistrano de Abreu<sup>(3)</sup> - como sociólogos - Oliveira Viana<sup>(4)</sup> e

---

<sup>1</sup> O Direito do Brasil. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1941.

<sup>2</sup> Questões de Limites, vol. 1. República Argentina, II e III Guiana Francesa e IV Guiana Inglesa. Obras Completas do Barão do Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro s/d.

<sup>3</sup> Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Livraria Brigueit. Rio de Janeiro. 1930.

<sup>4</sup> Populações Meridionais do Brasil. Livraria José Olympo. Editora. Rio de Janeiro. 1952.

Gilberto Freire<sup>(5)</sup>-, como economicistas - Caiao Prado Júnior <sup>(6)</sup> e o próprio Delgado de Carvalho que pode ser considerado o primeiro geógrafo brasileiro, o precursos da Geografia científica no Brasil, com trabalhos publicados no início do século<sup>(7)</sup> e que deu uma contribuição inestimável ao estudo da geografia. Assim, o ensino superior da Geografia, que começou um pouco tarde no país, já encontrou grupos de estudiosos que vinham tendo, por interesses mais amplos, ou por interesses políticos, preocupações com os temas geográficos.

### **III. A OPORTUNIDADE PARA EXISTÊNCIA DE GEOGRAFOS PROFISSIONAIS**

A formação dos geógrafos profissionais foi sendo feita á proporção que o país se desenvolvida e surgiram problemas que exigiam profissionais com uma formação capaz de atendê-los. Inicialmente no IBGE com uma nova divisão territorial do Brasil e a formulação de um novo projeto de redistribuição dos territórios dos estados existentes, a reglutinação de projeto de redistribuição dos territórios dos estados exiustentes, a reglutinação de alguns estados de pequena extensão territorial e o desmembramento daquelas de grande extensão, conforme trabalho publicado por Teixeira de Freitas<sup>8</sup>. A pesar de um projeto deste tipo poder provocar grandes reações por parte da população, acostumada com uma divisão político- administrativa secular, admita-se a possibilidade de êxito da medida em um momento em que o país estava sob o controle de um governo ditatorial - o Estado Novo - que praticamente eliminara a autonomia dos estados. Para facilitar medidas asdministrativas e de coleta de dados estatísticos foi feita uma divisão do país em grandes regiões naturais<sup>9</sup>, embora o conceito de região, surgido na Europa em Função da realidade europeia, oferece uma certa dificuldade de escala para que se adaptase ao Brasil. E o IBGE foi, inegavelmente, uma grande escola de formação de geógrafos, enviando técnicos para fazerem cursos no exterior - Franca e Estados Unidos, sobretudo - e trazendo mestres estrangeiros para orientar trabalhos de Campo no Brasil. Os geógrafos nas décadas de Quarenta, de Cinquenta e de Sesenta receberam grande influência da Escola Francesa em sua formação, face a necessidade que havia de se fazer estudos de levantamento e de reconhecimento da realidade brasileira, estudos publicados, em sua maioria, na Revista Brasileira de Geografia, naquele período.

Enquanto isto, a Universidade de São Paulo, exigindo dos candidatos ao magistério superiopr a obtenção do título de Doutor, estimulou muitos dos jovens que seguiam em geral a metodologia dominante na França dp período anterior á II Guerra Mundial, ou seja, monografias regionais que enfocavam,

---

<sup>5</sup> Casa Grande & Sensala 4ª edicao. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro, 1943 e Nordeste. Aspectos de Influencia de cana sobre a vida w a paisagen do Nordeste do Brasil. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1943.

<sup>6</sup> Formacao do Brasil Contemporâneo. Livraria Martins. Sao Paulo, 1943.

<sup>7</sup> Physiografia do Brasil. Livraria Briguiet. Rio de Janeiro, 1926 e le Brasil Meridional. Rio de Janeiro, 1926 e Le Brásil Meridional. Rio de Janeiro, 1910.

<sup>8</sup> A Redivisao Política do Brasil, em Revista Brasileira de Geografia, Ano III, N°2 Rio de Janeiro, 1941.

<sup>9</sup> Guimaraes, Fabio de Macedo Soraes- Divisao Regional do Brasil em Revista Brasileira de Geografia Ano III, N°2 Rio de Janeiro.

seguidamente, os aspectos físicos de uma área determinada e delimitada e os aspectos humanos e econômicos. As numerosas teses de doutoramento, então definidas, se constituem um verdadeiro marco para a história do desenvolvimento da Geografia.

Nos demais estados onde as disponibilidades de recursos eram menores, o estudo da Geografia e a formação de geógrafos ocorreu com mais lentidão, destacando-se porém o Paraná nos estudos geomorfológicos e a Bahia e Pernambuco na área de estudos de Geografia Humana e Econômica. As universidades porém eram muito deficientes e pouca atenção dispensavam às pesquisas, dando preferência pela formação de professores.

Num período em que havia dificuldade para a realização de pesquisas e conseqüentemente para a formação de pesquisadores, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) desempenhou um grande papel. Fundada em São Paulo e, após 1945, se expandindo pelo Brasil, essa associação realizava anualmente uma reunião de geógrafos, em um ponto qualquer do território nacional, onde, além da discussão de teses e comunicações trazidas pelos participantes, havia os grupos de trabalho que se realizavam pesquisas de campo e elaboravam relatórios publicados nos Anais da AGB. Esta orientação perdurou até 1968, quando ficou patenteado, ser impossível continuar este tipo de reunião, face ao grande afluxo de interessados, o que impossibilitava a organização de equipes de trabalho de campo. Uma reforma dos estatutos, em 1970, modificou consideravelmente a organização das reuniões, que passaram a ser feitas de dois anos e dentro da mesma sistemática dos congressos científicos das outras ciências. Terminava o período em que o AGB funcionou como verdadeira escola de formação de geógrafos em um momento em que a importância da Geografia já obtivera um maior reconhecimento do poder público, as faculdades melhor se aparelharam para a formação de profissionais e os cursos de Geografia se tornaram autônomos, separando-se dos de História. Passara, assim, a fase áurea, heróica da AGB.

A separação dos cursos de Geografia e de História, a partir de 1955, apesar de algumas falhas, como a de aumentar a importância, o espaço destinado à análise do meio físico sobre o destinado à análise da sociedade, provocou a criação de um grande número de matérias auxiliares, como a geologia, a Pedologia, a Matemática, a Estatística, a Cartografia, a Economia e a Sociologia, etc.; essa autonomia da Geografia acarretou também um desdobramento das disciplinas antes ministradas, permitindo um maior aprofundamento da temática. Foram montados gabinetes de Cartografia e de Fotointerpretação e, em algumas universidades, iniciou-se o uso de Computação. Aprofundou-se mais profundamente a separação entre a Geografia Física e a Humana, dando grande crescimento a áreas que ganharam uma quase independência, como a Geomorfologia, a Hidrogeografia, a Oceanografia, a Climatologia, etc.

Por outro lado, o crescimento econômico do país e a importância dada ao planejamento, criou órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento Regional - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), depois transformada em Superintendência do Desenvolvimento da

Amazônia (SUDAM), da superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, em seguida, dos órgãos de planejamento dos estados, abriram timidamente um campo de trabalho para os geógrafos, oferecendo-lhes uma oportunidade fora do magistério. Daí a tendência à separação, no curso de Geografia, em duas diretrizes, a que destinava o estudante ao magistério, fornecendo ao mesmo o título de Licenciado, e que destinava o estudante à pesquisa e ao planejamento, dando-lhe o título de Bacharel em geografia ou simplesmente geógrafo.

#### **IV. A PÓS- GRADUAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO**

Nos anos Sessenta houve no Brasil um grande estímulo à criação, nas Universidades, de cursos de pós- graduação, seguindo o modelo norteamericano. O Ministério da Educação e Cultura regulamentou estes cursos em dois, o de pós- graduação lato sensu, compreendendo o aperfeiçoamento e/ou especialização, ministrado em um certo número de meses - em geral de três a seis - e o stricto sensu, formado pelo curso mestrado, com duração média de quatro anos. Nestes dois cursos, os estudantes, além de terem de satisfazer um certo número de créditos, teriam que, para concluí-los, defender uma dissertação, no primeiro caso, e uma tese, no segundo caso.

Os cursos de pós- graduação stricto sensu só poderiam ser ministrados em Universidades que dispusessem de uma massa crítica poderável, a critério dos órgãos federais ligados ao ensino e à pesquisa. Daí o surgimento dos mestrados, inicialmente nas Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na primeira não havia problema, de vez que ela possuía um grande número de doutores e mantinha, há anos, um curso de especialização em nível de pós-graduação. Na segunda, dispondo de professores e de geógrafos com pós-graduação que trabalhavam no serviço público federal, sobretudo no IBGE, foi fácil manter um corpo docente à altura do exigido.

Outros cursos de mestrado em Geografia foram sendo implantados, como o da Universidade Federal de Pernambuco, onde já havia uma tradição de pesquisa, feita em colaboração com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e com a SUDENE (1976), na Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (UNESP), no campus de Rio Claro, que já dispunha de uma equipe de professores com doutorado, na Universidade Federal de Sergipe (1980) e na Universidade Federal de Santa Catarina (1986), que já possuíam cursos de especialização. Acreditamos que dentro em breve as universidades federais de Minas Gerais e da Bahia iniciarão os seus cursos de mestrado.

Na USP e na UNESP, além dos cursos de mestrado, já são ministrados cursos de doutorado<sup>10</sup>.

Observa-se, assim, que o país já dispõe de uma série de instituições habilitadas a preparar o bacharel ou o licenciado em Geografia em autênticos geógrafos, fornecendo ao mercado os profissionais de que ele necessita.

---

<sup>10</sup> Andrade Manuel Correia de Geografia. Avaliação & Perspectivas. Pags. 351/387. SEPLAN/CNPq, Brasília, 1983 e Tendências Atuais da Geografia Brasileira, Pags. 33/41. Editora Asa. Recife, 1986.

## V. AS PERSPECTIVAS PARA O GEOGRAFO

As perspectivas de trabalho para o geógrafo não são muito amplas, como em geral ocorre com outras profissões. Elas surgem sobretudo no setor público, nas secretarias do estado ligadas ao planejamento econômico, à defesa do meio ambiente, aos problemas de urbanização, etc. O mercado por sua vez não é uniforme, exigindo do geógrafo um certo nível de especialização, conforme a área que interessa ao empregador.

Inicialmente a procura era maior por geógrafos cartógrafos - área em que os geógrafos encontravam uma séria concorrência dos engenheiros cartógrafos-, por geógrafos especialistas em interpretação de fotografias aéreas e de imagens de satélites - onde a concorrência de engenheiros, de agrônomos e de urbanistas é muito grande- e na área de análise de devastação da natureza e da degradação do meio ambiente onde também é grande concorrência de engenheiros, de biólogos, de naturalistas.

Além destas áreas em que os geógrafos são muito procurados, eles encontram trabalho nos estudos rurais, sobretudo na ocasião em que se discute tanto entram em concorrência com engenheiros florestais, agrônomos e zootecnistas, e na área do planejamento urbanos em que eles se defrontam com a forte concorrência dos arquitetos. Convém salientar que a concorrência entre profissionais da mesma formação ou de formações diferentes é muito salutar, ela estimula o profissional a encarar o trabalho como uma profissão, como uma opção de vida e não como um simples emprego, um meio de ganhar o suficiente sem fazer esforço, sem contribuir para o desenvolvimento da sociedade. A concorrência promove a seleção tanto entre profissionais como entre especialistas de profissões que convergem para um determinado objetivo.

Na empresa privada, sobretudo nas grandes empresas de mineração, de exploração agrícola em larga escala, de transportes, etc., os geógrafos começam a encontrar oportunidade de emprego, sobretudo depois que o Estado passou a fazer exigências quanto à preservação do meio rural.

Alguns geógrafos brasileiros têm adquirido notoriedade, impondo-se por sua competência e dedicação não só a comunidade científica como também áreas governamentais, provocando a investidura em cargos de governo e em órgãos governamentais de deliberação, de alto nível. No momento a Secretaria do Meio Ambiente, a nível nacional, se encontra sob a direção de um geógrafo profissional.

Um problema com que o geógrafo se defronta na conjuntura atual é a especialização exigida nas empresas privadas e, às vezes, no setor público, fazendo com que ele perca, após longos anos de trabalho, a visão geral da problemática geográfica. Observa-se ainda que nas comissões de que participa há uma tendência de comprometê-lo mais com a área de estudo das condições naturais do que com a área social. Sabendo-se que a Geografia é uma ciência eminentemente social e que ao estudar a produção do espaço ela tem que encarar o relacionamento entre a sociedade e a natureza,

a especialização, no nível em que está Geografia, Fazendo com que tenha uma visão falsa, distorcida da realidade em que atua.

Um problema pelo qual muito trabalham os geógrafos brasileiros nos anos Sessenta e Setenta foi pela regulamentação da sua profissão, a fim de que se delimitasse um espaço de trabalho para eles. Esta batalha foi difícil e durou anos. Ao ser formulado o seu campo de atuação, alguns geógrafos ampliaram o mesmo por áreas consideradas específicas de outras especialidades, ocorrendo o mesmo com sua área de atuação. Ora, da mesma forma que é impossível delimitar o campo de atuação de profissões em geral, não deve delimitar rigorosamente em área de ação, das mesmas, não sendo um problema que em certas áreas e atividades confluem profissionais de qualificações diferentes.

O projeto, que se tornou a Lei N° 6.664, de 26 de junho de 1979, ao nosso ver foi muito rígido, estabelecendo um campo de atuação muito específico, bem delimitado e tecnocrático. Feito no período ditatorial, ele vinculou os geógrafos ao CONFEA, ao lado dos engenheiros, dos agrônomos e dos arquitetos, conferindo aos mesmos um campo de ação tecnocrático, ignorando toda a formação humanista que caracteriza a Geografia, desde a sua institucionalização. Com isto ele procurava naturalmente provocar uma reformulação do ensino da Geografia, para retirar da mesma a parte humanística, filosófica, social e crítica, formando técnicos que subessem cumprir as ordens emanadas do poder e não tivessem condições de fazer uma análise das mesmas.

Esta regulamentação foi feita na ocasião em que ainda dominava a euforia do milagre econômico, embora ele já tivesse passado, quando uma corrente de geógrafos, embalada em ritmo de "Brasil Grande" e comprometida com positivismo procurava transferir para análise geográfica os métodos utilizados pelas ciências matemáticas e físicas. Foi a época do deslumbramento com o computador. Passada esta fase, comprovada a falsidade do milagre econômico, e constatada a crise econômica que o país atravessa e o esforço por democratizá-lo, é necessário que se faça uma reformulação da lei de regulamentação, tornando-a menos tecnocrática e mais crítica, permitindo que na empresa em que trabalha o geógrafo seja, ao mesmo tempo, um participante e um crítico na elaboração dos programas e na formulação das soluções para os problemas.

Concluindo, admitimos que a geografia brasileira, nascida sob a orientação da escola francesa, enriquecida depois pela contribuição dos geógrafos alemães, americanos e de outras nacionalidades, já adquiriu a maturidade científica e já forma satisfatoriamente os geógrafos que poderão dar e que darão uma grande contribuição à formulação do futuro do país como estado e como nação, reparando as desigualdades regionais e sociais nele existentes. Ela já desempenha um grande papel na vida brasileira e tem, pelas condições do país e pela capacidade dos seus profissionais, um grande espaço a ocupar na construção do Brasil de amanhã.